



Ensino Recorrente Nocturno—que passado, que presente e ... que futuro?

Sendo que finalizei em 2000 a Licenciatura em Professores do Ensino Básico, 2º Ciclo, variante Matemática/Ciências da Natureza e que, desde então, tenho leccionado no Ensino Recorrente Nocturno—2º Ciclo do Ensino Básico, considereei que estava na altura de expor alguns pontos de reflexão que teimam em não me desocupar o pensamento ...

Sobre a minha experiência ...

A escola em que leccionei no ano lectivo 2000/2001 situa-se numa pequena aldeia alentejana, relativamente perto da fronteira com Espanha. Era uma escola em que durante o dia funcionavam o 1º Ciclo do Ensino Básico e o 2º Ciclo do Ensino Básico Mediatizado. À noite funcionava o Curso do 2º Ciclo do Ensino Recorrente Nocturno.

Era uma escola em que as falhas de luz eléctrica eram frequentes e o quadro da sala de aula estava bastante danificado, sendo de referir que este era o único recurso técnico-pedagógico existente na escola. As fotocópias para as aulas eram produzidas na Junta de Freguesia da localidade em questão. Os alunos que frequentaram o curso eram, na sua maioria, beneficiários do antigo Rendimento Mínimo Obrigatório. Somente uma formanda estava a frequentar o curso por motivação própria. O curso iniciou com o número mínimo permitido por lei e terminou com apenas três alunos, sendo que um dos formandos era a senhora já mencionada.

Este ano lectivo que findou, leccionei o mesmo curso numa cidade litoral algarvia, numa escola com todas as condições necessárias, cujos formandos se encontravam a frequentar o curso por motivação própria.

Ninguém estava *obrigado* pelo Rendimento Mínimo Obrigatório (desculpem-me a redundância).

Finalizámos o curso com 11 formandos assíduos. O seu nível sócio-económico e cultural, será escusado dizer, é muito diferente dos formandos mencionados atrás.

Vale a pena pensar: *Que contrastes!*

Sobre a formação de base nas Escolas Superiores de Educação

Apesar das directrizes que o Ministério da Educação propõe sobre os cursos do 2º Ciclo do Ensino Recorrente Nocturno, convém relembrar que os cursos de formação de professores nas ESEs não contemplam a educação de adultos, ou seja, as disciplinas pedagógicas estão direccionadas para o nível etário das crianças que frequentam o 2º Ciclo do Ensino Básico. Nada se aprende sobre como ensinar um adulto e, muito menos, sobre como lidar com uma diversidade etária tão grande com características individuais muito próprias.

Face a esta falha de formação, deparam-se os professores com dificuldades sobre os métodos pedagógicos a adoptar, pelo que se vão fazendo tentativas, diversificando e inovando as aulas (dentro dos recursos disponíveis), com o objectivo de encontrar o(s) método(s) mais eficaz(es), correndo contra o tempo.

Assim, e quando os professores terminam a licenciatura, ao concorrer na fase regional, muitos ficam colocados com horários supervenientes nocturnos, quando o primeiro período já está a meio. Para além disso, deparam-se com disciplinas/áreas sobre as quais nunca ouviram falar e tendo que trabalhar em parceria com outros colegas, muitos deles também na mesma situação de inexperiência em educação de adultos, e/ou professores com habilitação própria ou suficiente, cujas pre-

parações e experiência no ensino são poucas, deficientes e/ou inexistentes.

Assim sendo, a maioria dos professores que leccionam no Ensino Recorrente Nocturno fazem-no não por opção pedagógica mas porque se não o aceitarem ficam no desemprego.

Sobre o plano curricular ...

Dado o curso ter a duração de um ano lectivo, quer o currículo de Matemática quer os currículos de O Homem e o Ambiente e Formação Complementar (estes últimos, já um pouco desactualizados e repetitivos) tornam-se demasiado extensos, principalmente porque os cursos iniciam demasiado tarde, acrescido pelo facto de que os formandos que compõem as turmas, muitos não estudam há vinte, trinta anos e que, por isso, os professores têm que *arrancar devagarinho* para que os formandos não se *assustem* e para que vão ganhando o ritmo necessário de adaptação ao novo ambiente de aprendizagem. Apesar da legislação conferir 42 semanas lectivas obrigatórias, a verdade é que se os cursos começam tarde terminam obrigatoriamente tarde. Com a chegada do Verão e com este, do aumento do número de horas de trabalho (sem esquecer os encargos familiares dos formandos) a diminuição da frequência dos cursos até ao seu termo é uma consequência inevitável.

Posto isto, e face às elevadas taxas de desistência verificadas ao longo do ano lectivo pelos formandos, ao invés de se apostar no encerramento de cursos, porque não desenvolver a formação de base dos professores e a actualização dos currículos em vigor?

Não terão os professores o direito de exercer a sua profissão com um mínimo de dignidade?

Se não se aposta na qualidade da educação de adultos como é possível manter os formandos nos cursos?

Não deveriam os cursos iniciar mais cedo?



Não estará a educação de adultos ao abandono? (Peço desculpa por esta expressão tão severa ...)

Poderemos suspeitar da qualidade da educação de adultos?

Não deveria ser a educação, uma via para o desenvolvimento da personalidade humana, mais harmoniosa, mais autêntica, fazendo recuar a pobreza e a exclusão?

Vale a pena pensar nisto ... ou não?!

Ana Lúcia Vieira
Professora do Ensino Básico

Para que serve a disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação?

Está em discussão na página do DES o programa da disciplina *bienal* (9º e 10º ano, finalmente temos o encontro do Básico e do Secundário!) Tecnologias de Informação e Comunicação.

As razões apresentadas publicamente para a introdução desta disciplina prenderam-se sobretudo com a necessidade de promover o acesso de todos às tecnologias de informação e comunicação na óptica do utilizador.

No documento da reforma para o Ensino secundário afirma-se que *A transversalidade potencia a desigualdade de acesso e de desenvolvimento educativo, beneficiando os que usufruem de um ambiente familiar com maior capital cultural, mas relegando para a iliteracia digital os social e culturalmente desfavorecidos.*

Esperávamos então que o programa desta disciplina fosse um programa onde a preocupação central seriam os social e culturalmente desfavorecidos, um programa elaborado na óptica do utilizador, actual, e muito articulado com as outras áreas disciplinares. Os professores que leccionariam a disciplina poderiam ser recrutados de entre os professores de todas

as disciplinas tendo em conta a sua formação e/ou trabalho desenvolvido nesta área.

O programa apresentado não corresponde a nenhuma das expectativas referidas:

- O programa parece ser megalómano (tem tudo desde a arqueologia do MS-DOS até à produção de páginas na Internet em Flash!).
- O programa é constituído por 10 capítulos feitos para o 9º e 10º anos simultaneamente, com 1,5h no 9º ano e 3h no 10º ano. Ou seja o equivalente a uma disciplina de 4,5h por semana num só ano. Como será possível leccionar eficazmente os 10 capítulos? O programa diz mesmo *no final do percurso educativo todos os alunos têm obrigatoriamente que ter na sua formação, todas as componentes programáticas padrão que ora se apresentam*. Ou seja, todos os 10 capítulos são obrigatórios!

Ora eles são :

1. Tecnologias da Informação e da Comunicação
2. Introdução aos Sistemas Operativos
 - 2.1. MS-DOS
 - 2.2. Ambiente Gráfico
 - 2.3. Linux—Caixa Mágica
3. Processamento de Texto
4. Internet
5. Criação de Apresentações
6. Folha de Cálculo
7. Introdução aos Sistemas de Gestão de Base de Dados
8. Criação de Páginas Web
9. Aquisição e Tratamento de Imagem
 - 9.1. Aquisição e Tratamento de Imagem Estática (Mapa de Bits)
 - 9.2 - Aquisição e Tratamento de Imagem Vectorial
10. Projecto Aplicado

Isto é exequível em 1,5h+3h por semana?

Face a esta impressionante lista, o programa podia tentar mostrar que tudo isto é mesmo necessário para todos os alunos, mas não o faz.

Ao longo do programa não é feita qualquer referência à relação com as outras disciplinas ou áreas disciplinares. Apenas a introdução refere que *sempre que possível seja articulada (TIC) de alguma forma com as restantes disciplinas*. Mas não será sempre possível articular com as outras disciplina? Porquê? A ver pelo desenvolvimento do programa temos que concluir que, segundo a autora do programa, esta relação é impossível.

- O trabalho de projecto é referido apenas na última de 10 unidades: *Os alunos deverão elaborar um Projecto Informático que contemple todas as aprendizagens efectuadas nas unidades desta disciplina*. Mesmo este trabalho de projecto é centrado na própria disciplina não sendo sugerida qualquer relação com a realidade ou com as outras áreas.
- A metodologia é muito clássica: o professor expõe fazendo uso do projector, os alunos usam o computador para acompanhar a exposição; o professor prepara exercícios sobre a forma de fichas de trabalho onde estão listadas e discriminadas as tarefas a executar pelo aluno, etc.
- Em vez de se ter uma preocupação com os alunos mais desfavorecidos a quem supostamente se dirigia a disciplina, o programa preocupa-se é em *não leccionar a alunos coisas que estes já sabem*. Ora genericamente os alunos que já sabem não são os mais desfavorecidos.
- Os professores indicados para dar a disciplina são os professores de Informática (grupo 39). A ideia que seriam os professores de todas as disciplinas aparece assim colocada de parte. Possivelmente esta disciplina deixará dentro de poucos anos de fazer sentido porque existe uma tendência natural para que os



alunos do futuro já cheguem ao 9º ano com conhecimentos em TIC.

- Os equipamentos que vão ser necessários para esta disciplina implicam um gasto grande. Será que num momento de tanta contenção o ministério da educação irá mesmo equipar as escolas? E qual o plano para ir também equipando as escolas de acordo com o referido nos programas das outras áreas disciplinares? Esperemos que não se resolva afectar os equipamentos existentes nas escolas a esta disciplina porque isso seria, por exemplo para os Laboratório de Língua, FQ, Matemática, etc. uma perda irreparável porque constituiria um enorme retrocesso na utilização progressiva da tecnologia como ferramenta de trabalho no processo de ensino.

Neste cenário perguntamos, para que serve então esta disciplina?

Adelina Precatado
Esc. Sec. Camões
Paula Teixeira
Esc. Sec. D. João V

Avaliando os professores

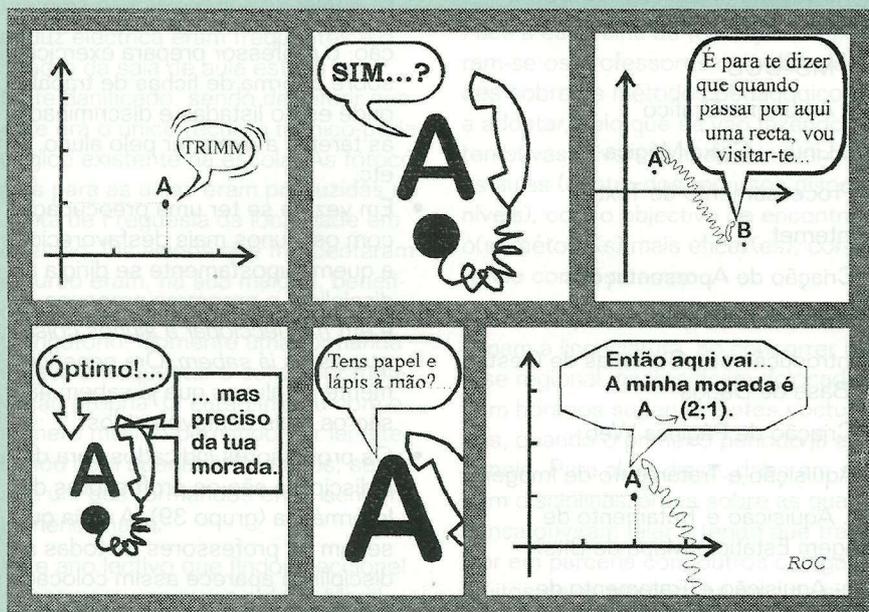
Este ano ainda não exerço a actividade com que sempre sonhei: professor de Matemática. Espera-me um momento complexo em *mini-concurso*, e apesar de terminar a licenciatura numa universidade pública com classificação final de bom, não vai ser fácil conseguir um horário numa qualquer localidade onde o que se ganha seja superior ao que se gasta. Afinal, o que não falta em Portugal são licenciados em Ensino da Matemática. Já podem descansar aqueles que, algumas vezes de forma injusta, argumentaram que o problema do ensino da Matemática passava principalmente pela leccionação desta disciplina por profissionais não, especificamente, qualificados.

Esta qualificação é nos dias de hoje atribuída não só em universidades públicas mas também em universidades não públicas (!). Percebe-se facilmente, em termos de concurso, quem fica à frente de quem. Mas, voltando àqueles que, de forma tão acérrima, defenderam o que descrevi, está na

altura de virarem a sua atenção para um outro fenómeno que, na minha opinião, é bem mais interessante: as prestações dos alunos em Matemática não melhoraram, muito embora neste momento muitos professores profissionalizados estejam no ensino e muitos também no desemprego. Portanto, o problema do ensino da Matemática é bem mais profundo e reside fundamentalmente na qualidade da formação inicial que é excessivamente díspar de estabelecimento para estabelecimento.

Sente-se a necessidade da avaliação qualitativa dos professores. Agora que as escolas já foram avaliadas, basicamente, pelo desempenho dos alunos, que pode ser, evidentemente, influenciado por vários factores, é necessário tornar inequívoca a vontade de dar a conhecer à opinião pública a qualidade dos professores que temos, ideia que parece assustar muitos. A própria imagem social do professor nunca esteve tão deteriorada como nos dias de hoje, a dita avaliação seria uma óptima oportunidade de provar o contrário ou por outro lado ... Em particular, no ensino da Matemática exige-se essa avaliação pois é altura de se perceber o que é que está a falhar e porquê. Já compreendi que nesta actividade existem muitos profissionais e poucos amadores isto, é claro, do ponto de vista axiológico. A desilusão é bastante para pessoas que se recusam a ser absorvidas por um sistema que corrompe crenças e arrasa, à partida, com tudo o que de novo se quer construir e explorar.

António Lopes da Silva



Carlos Roque
Esc. Sec. José Falcão, Miranda do Corvo

A Redacção reserva-se o direito de editar os textos recebidos de modo a tornar comportável a inclusão das contribuições recebidas no espaço disponível da Revista.